

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

EDUCACIÓN INICIAL E INFANCIA

Ensino religioso em turmas de Educação Infantil em escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro: algumas questões

Jordanna Castelo Branco (UFRJ)

Patrícia Corsino (UFRJ)

Esta apresentação tem como objetivo discutir o ensino religioso em escolas públicas e, especificamente, para crianças de Educação Infantil. Os instrumentos da pesquisa "*Ensino Religioso nas escolas do Estado do Rio de Janeiro*", desenvolvida na UFRJ, relevaram a presença do ensino religioso em turmas de crianças de 4 a 6 anos de idade, em algumas escolas da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Esta constatação, tendo a laicidade da escola pública como um pressuposto republicano, levou a questionar: por que haveria aula de religião em algumas escolas públicas e para crianças pequenas? Como seriam as aulas de religião para crianças de educação infantil? Que conteúdos estariam sendo dados e que significados estariam sendo produzidos pelas crianças? Na perspectiva de resposta para as indagações, além de uma revisão bibliográfica e consulta aos documentos legais, foram realizadas observações das aulas de religião ministradas em duas turmas de Educação Infantil, de duas escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro, e entrevistas com as duas professoras de religião das turmas. As observações evidenciaram práticas bastante semelhantes. Ambas as professoras pertencem a igrejas católicas próximas às escolas. Suas aulas seguem uma estrutura semelhante tanto na organização e seqüência das atividades, quanto na forma como os conteúdos são abordados, sendo possível categorizá-las nas seguintes partes: exaltação a Deus, culto à obediência, conversa com Deus e doutrinação. Tudo gira em torno do ensino de dogmas cristãos e preceitos morais a serem obedecidos. Constatou-se que a forma proselitista das professoras faz com as crianças aceitem as regras e os preceitos morais como verdades absolutas. Por sua vez, os dogmas são entendidos de maneira simbólica, na qual o *mal* pode se personificar, por exemplo, na figura do Lobo Mau, como mais um personagem das histórias infantis.

Palavras-chave: Educação Infantil; Ensino religioso; Práticas pedagógicas, linguagem

Este artigo tem como objetivo discutir o ensino religioso em escolas públicas e, mais especificamente, em duas turmas de Educação Infantil da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, que atendem crianças de 4 e 5 anos de idade. Se por um lado, o ensino religioso em escolas públicas já se configura como uma questão polêmica, que na legislação brasileira, como aponta Cunha (2007), *caminha entre alianças e conflitos entre o campo político e o campo religioso naquilo que concerne ao campo educacional*; por outro, a especificidade da Educação Infantil no campo educacional e as concepções de infância que perpassam as práticas se constituem como um terreno fértil tanto às alianças quanto aos conflitos, ampliando as polêmicas. Por que o ensino religioso em escolas públicas e para crianças pequenas? O que se ensina nas aulas de religião às crianças da Educação Infantil? O que as crianças significam destas aulas?

Este artigo traz algumas análises de observações de dez aulas de religião ministradas em duas turmas de duas escolas de Educação Infantil da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Na primeira parte traz um breve histórico do ensino religioso na legislação educacional brasileira, analisando as contradições no que concerne aos princípios democráticos e à laicidade. Na segunda parte discute a infância e a educação infantil também tecendo um percurso histórico sobre o atendimento das crianças no Brasil e por fim focaliza a rotina das aulas de religião e como as crianças re-significam os conteúdos abordados, tendo como pressuposto que elas são sujeitos que participam ativamente da vida, do trabalho e da convivência com o outro, criando e transformando o que está ao seu redor. Conclui....

O ensino religioso na escola pública: temática em questão

Segundo Cunha (1995, 2007) até o Período Imperial o ensino religioso católico estava presente nas escolas brasileiras como consequência da união entre Estado e Igreja. Com a Proclamação da República, em 1889, e a promulgação da Constituição em 1891, a Igreja foi declarada separada do Estado e este passou a ser proibido de financiar qualquer tipo de atividade religiosa. Com isso, durante quase quarenta anos, o ensino religioso não pôde ser ministrado nas escolas públicas brasileiras, sendo garantida a laicidade do Estado. O espaço público da escola passou a ser entendido como sendo de todos, sem exclusões e a religião, como escolha individual e subjetiva. Mas, foi ainda na Primeira República que, diante dos movimentos militares e operários pelos direitos trabalhistas, o ensino religioso começou a dar os primeiros passos de volta à cena nas escolas públicas. Em 1928, o

Presidente mineiro Antônio Carlos de Andrada autorizou, por decreto, o ensino do catecismo nas escolas mantidas pelo governo do estado de Minas Gerais, uma vez por semana, dentro do horário normal de aula. Em 1931, no governo ditatorial de Getúlio Vargas, sob a justificativa de que a religião impediria a rebeldia e levaria à obediência às leis e à hierarquia, o ensino religioso voltou a integrar o currículo das escolas públicas mantidas pela união. O credo ensinado era o professado pela maioria dos alunos- o catolicismo- e as aulas eram de caráter facultativo.

A Constituição de 1934 determinou o oferecimento obrigatório do ensino religioso pelas escolas públicas e a inscrição facultativa na disciplina pelos alunos, dispositivo reforçado pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1961, e pela Lei nº 5.691/71. Os embates políticos em torno do ensino religioso nas escolas publicas continuaram sendo travados e estão presentes na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9.394/96) que dão o tom da educação nacional hoje. A carta magna de 1988 deu continuidade a dois aspectos divergentes de suas antecessoras: a laicidade, da constituição de 1891, e o ensino religioso, reinstalado pela de 1934. A nova constituição reafirmou Estado como laico, e dispôs o ensino religioso como de matrícula facultativa, no horário normal de aula das escolas públicas de Ensino Fundamental. Além disso, deixou indicações de que o assunto deveria ser melhor explicitado na lei de diretrizes e bases.

Na LDB/96 regulamentada pela ementa do Artigo 33, Lei nº 9.475/97, o ensino religioso é parte integrante da formação do cidadão, mas assegura o respeito à diversidade religiosa, vedado de proselitismo e de matrícula facultativa. A mesma define que os sistemas educacionais tornam-se responsáveis por: regular os procedimentos para a definição dos conteúdos pelas diferentes denominações religiosas e estabelecer normas para a habilitação e admissão de professores. Mas, nada foi mencionado a respeito do seu financiamento e de seu caráter confessional ou não.

Este percurso legal em prol da normatização do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras revela uma contradição de dois princípios republicanos: o democrático - que reconhece os sujeitos como iguais entre si, aptos a governar-se e fazer suas próprias escolhas- e a laicidade do Estado - o descolamento da esfera política, da religiosa, entendida como de foro íntimo e particular.

O exercício da democracia envolve igualdade entre os homens, a liberdade de manifestação de credo, de opinião, de manifestações culturais diversas. Não cabe ao Estado democrático expressar interesses de um determinado grupo uma vez que deve governar para todos, inclusive às minorias. Logo, ao se proteger e garantir a laicidade do Estado, defende-se o direito dos cidadãos, independente de suas convicções e crenças, até mesmo a não crença. Diante da maneira pela qual os dois principais documentos legais, que dispõem a respeito da educação nacional em seus diferentes níveis, abordam o ensino religioso nas escolas públicas cabe a seguinte pergunta: seria o Estado brasileiro laico? Ao Estado laico e democrático compete o oferecimento da educação escolar igualmente laica e democrática capaz de formar cidadãos críticos com capacidade argumentativa; capaz de difundir conhecimentos artísticos, culturais, científicos, tecnológicos das diferentes áreas, zelando pela convivência e pelo respeito à liberdade de crença ou não crença e de culto. A presença do ensino religioso nas escolas públicas, embora tenha respaldo legal, revela a interferência de grupos religiosos de maior força e articulação política nas normas jurídicas do Estado, estabelecendo na prática categorias e hierarquias na cidadania, atribuindo valor conforme confissão religiosa, podendo segregar alguns grupos. Segundo Fishmam (2008, p 32), a *presença do ensino religioso nas escolas públicas fere a cidadania quanto à liberdade de crença e culto, assim como, de forma inextricável, à liberdade de consciência.*

A educação infantil: um breve histórico entre encontros e desencontros com o ensino religioso

O atendimento às crianças pequenas no Brasil tem sua história atravessada pelas condições de vida das mulheres, pela concepção de infância de cada época – já que a infância é uma construção social - e também pelas questões políticas e religiosas, pois a caridade, a filantropia e o assistencialismo estiveram bastante presentes nas instituições destinadas aos pequenos. Desde os primórdios da colonização, as diferenças contrastantes da nossa sociedade, pela distribuição de renda e de poder, fizeram emergir infâncias distintas para classes sociais também distintas. O significado social dado à infância, não foi e nem é homogêneo pelas próprias condições de vida das nossas crianças. Na história do Brasil, a escolarização e a emergência da vida privada burguesa e urbana não foram os pilares que sustentaram a construção do nosso sentimento de infância, como postulam as teses de Ariès (1981). Del Priori (2000) afirma que a história da criança brasileira não foi diferente da dos adultos, tendo sido feita *à sua sombra*. Sombra de uma sociedade que viveu quase quatro séculos de escravidão, tendo a divisão entre senhores e escravos como

determinante da sua estrutura social (Corsino, 2003).

Até o final do Império o abandono infantil era institucionalizado pelas Santas Casas da Misericórdia, instituição religiosa que tinha a Roda- *um dispositivo giratório de madeira, em forma de cilindro, que possuía uma abertura, inserido em uma parede, de forma que, como uma janela, desse acesso à parte interna da instituição ao ser acionado. A criança era depositada no compartimento, e o depositante rodava o cilindro para que a abertura se voltasse para dentro, preservando a identidade do depositante* (Couto e Melo, 1998, p.22). As crianças pequenas frutos de ligações clandestinas de mulheres brancas da elite ou de crianças pobres, mestiças, negras e índias eram ali deixadas, e os poucos órfãos que sobreviviam aos primeiros anos de vida eram encaminhadas ao trabalho precocemente¹. A Roda foi extinta em 1938, época em que estavam em curso as ações médico higienistas e jurídicas.

A infância passou a ser enxergada como uma etapa do desenvolvimento humano e as crianças entendidas como o futuro da nação. Com a valorização da infância, foi criado o Código de Menores, de 1927, e propagaram-se as instituições sociais nas áreas da saúde pública, do direito, da família, das relações de trabalho, da educação. Segundo Kulmann Jr (2001, p.81), nascia a assistência científica e a fé no progresso da ciência para superar a pobreza. Esta assistência, porém, preconizava o atendimento às classes desfavorecidas não como um direito, mas sim como um mérito para aqueles que fossem trabalhadores e que tivessem bom comportamento. Estas iniciativas buscavam a superação da idéia de caridade enquanto iniciativa individual para a pobreza, sustentando-se na filantropia, ou seja, na organização racional da assistência aos pobres. No entanto, as instituições filantrópicas também usavam a palavra caridade com o objetivo de atrair colaboradores das classes abastadas não só financeiramente, como também com objetivos políticos, com o apoio da sociedade no incentivo da atuação das primeiras damas. Os médicos e os juristas, ao fundarem suas instituições assistencialistas de caráter filantrópico, defendiam a lacidade, mas permitiam que em suas creches e asilos houvesse o trabalho de religiosos. Muitas delas mantidas por generosas quantias doadas pelos militantes leigos da igreja em nome da caridade.

Na primeira década do século XX começava a organização dos movimentos grevistas, que

¹ As crianças de 8 a 9 anos eram encaminhadas a fazendas onde prestavam serviços e posteriormente ao Arsenal da Marinha onde executavam trabalhos nas embarcações (Couto e Melo, 1998 entre outros)

reivindicavam melhores salários e condições de trabalho. Junto com estes movimentos, ia sendo desenhada a legislação trabalhista e com ela o primeiro marco para que a educação das crianças pequenas viesse a fazer parte das propostas governamentais no Brasil. Dentre os direitos previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, estava a construção de creches pelas instituições de Previdência Social, em vilas operárias com mais de 100 casas e nos centros residenciais, que seriam organizadas e mantidas pelos empregadores. As creches seriam destinadas aos filhos, com menos de 6 anos de idade, das mulheres trabalhadoras. As creches das vilas operárias, porém, não foram muito diferentes das outras instituições de atendimento à criança pequena naquele período, eram tidas como um favor aos trabalhadores e lá estavam presentes as mesmas idéias médico-higienista e a formação moral com a atuação de religiosos e militantes do catolicismo social.

A partir da segunda década do século XX, a caridade misericordiosa das iniciativas privadas, médico-higienistas, jurídicas e religiosas, cedeu lugar às ações governamentais como políticas sociais. Essas políticas, porém, foram marcadas por ações compensatórias e desordenadas de caráter assistencialista e descontínuo e continuavam sendo executadas por instituições filantrópicas. Durante a Segunda Guerra foi criada a instituição símbolo da visão de atendimento à infância dos desfavorecidos, a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Idealizada por Darcy Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas, tinha como principal função a proteção da maternidade e da infância, o amparo aos velhos e desvalidos e a assistência médica às pessoas necessitadas. Em 1945, a LBA contava com creches, lactários e orfanatos distribuídos em mais de 90% dos municípios brasileiros, sem contar os hospitais vinculados a ela, em diversos estados. Todas essas instituições visavam atender aos filhos das trabalhadoras e contavam com a mão de obra feminina voluntária. O objetivo permanecia o mesmo das instituições assistencialistas privadas: a submissão das classes desfavorecidas, a aceitação do seu lugar na sociedade. Mas deixava de ser entendida como um favor aos pobres, e passava ser vista como uma compensação ao pobre pelo seu trabalho (Barbosa, 2006).

Com as mudanças no mercado de trabalho, o processo de urbanização acelerada e os movimentos sociais, a dinâmica familiar foi sendo alterada. Ampliou-se a participação da mulher no mercado de trabalho e expandiu-se o número de famílias chefiadas por mulheres. Esse quadro junto aos acontecimentos do contexto internacional, motivou a luta por creches: a reivindicação de um espaço para as crianças na perspectiva não apenas de guarda e

cuidados, como também de educação e inserção sócio-cultural. No final dos anos 70, os movimentos de luta por creches eram organizados com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, baseadas na Teologia da Libertação e nas filosofias pastorais, e das Associações de Bairro. No início dos anos 80 o movimento ganhou mais corpo com a adesão das feministas. Paralelamente ao aparecimento e fortalecimento das lutas dos movimentos de exigência das creches e do Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, o cenário das políticas educacionais indicavam mudanças. As pressões dos dois movimentos somados ao fim da ditadura militar resultaram em mudanças na política educacional e a criação de vários planos e projetos destinados às crianças da primeira infância.

Em 1988, com a nova Constituição, a educação passou a ser direito de todo o cidadão desde o nascimento. A Educação Infantil passou a ser um direito da criança, uma opção dos pais e um dever do Estado. Em 1990, O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirmou os direitos dos cidadãos de pouca idade e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, concebeu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Logo, as crianças pequenas passavam a ser, legalmente, sujeitos de direitos, dentre eles, o de acesso à creche e à pré-escola – instituições educativas, cuja finalidade é a promoção de um desenvolvimento integral das crianças com amplo acesso e inserção cultural.

O ensino religioso, como parte integrante do currículo do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, das escolas da rede municipal de ensino, está contemplado no Núcleo Curricular Básico- Multi-educação, de 1996, como *enfoque religioso na pluralidade cultural* sob a justificativa de que *a potencialidade transformadora do sagrado se manifesta e mostra o quanto é importante, hoje, a busca de uma ética para o ser humano* (p.188) em consonância com a Lei nº 9.475 de 22 de julho de 1997, que entende o ensino religioso nas escolas públicas passou como *parte integrante da formação básica do cidadão* .

Como se observa, a educação religiosa é compreendida pelas instâncias públicas como parte de uma formação ampla e integral do sujeito. Sendo assim, perguntamos: como o ensino religioso acontece nas turmas de Educação Infantil da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro? O respeito à diversidade cultural religiosa é cultivado? Como as questões éticas são trabalhadas junto às crianças de 4 a 6 anos de idade? Passamos a seguir para as questões que emergiram do campo.

As aulas de ensino religioso para as crianças pequenas

Na tentativa de compreender como seria as aulas de ensino religioso, o que estaria sendo nela ensinado e como as crianças estariam as re-significando, observamos dez aulas de ensino religioso destinadas as crianças de 4 a 6 anos com duração de 30 a 40 minutos, que aconteciam uma vez por semana, no horário normal de aulas em duas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, na Zona Sul da cidade. No diário de campo procuramos registrar falas, gestos e olhares. Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com as professoras de turma e com as de ensino religioso.

Vale mencionar que, em uma das escolas houve dificuldades de estada no campo, devido ao desconhecimento da direção quanto às normas da Secretaria Municipal de Educação de relacionadas ao ensino da religião. A pesquisa gerou um questionamento da direção sobre a legalidade ou não do Ensino Religioso nas escolas públicas municipais, demonstrando um desconhecimento da legislação educacional.

Nas duas escolas observadas, durante as aulas de religião, as professoras de turma se retiravam e as crianças ficavam sob a responsabilidade das professoras de religião.

As professoras de turma mostraram ver nas aulas de religião uma aliada na transmissão da ética, da moral e de valores, entendendo como uma forma de docilizar as crianças e como possibilidade de preencher lacunas familiares, sejam elas afetivas ou materiais. Nos seus relatos, a maioria não demonstrou questionamento quanto ao proselitismo e ao credo único professado. Só uma das professoras levantou questões quanto legalidade da disciplina. No seu relato, porém, dizia que não tinha muito jeito de excluí-la do currículo, já que os pais não a questionavam - até aprovavam- e que fazia parte de uma parceria entre a escola e a paróquia próxima a escola, que cedia seu espaço para reuniões, dava cestas básicas para os pais, além de exercer aquela atividade há muitos anos.

As professoras de ensino religioso eram mulheres, vinculadas às paróquias próximas das escolas, que exerciam trabalho voluntário. As voluntárias da Escola A não tinham formação na área educacional, mas a da Escola B graduada em Pedagogia e, embora fosse voluntária na rede municipal, era professora de Ensino Religioso concursada da rede pública estadual. Segundo as professoras de ensino religioso o objetivo das aulas *é de fazer com que a chama da busca por um ser superior não seja apagada, é preparar a criança para a*

religiosidade. Nesse caso a busca da religiosidade é o catolicismo, a religião por elas professada, o que certamente exclui uma parcela significativa de crianças evangélicas, umbandistas, de outros credos e sem credo. Os livros e figuras usados na contação de histórias, os desenhos para colorir, as canções e todos os recursos e materiais disponíveis remetiam a símbolos da igreja católica. Tudo sob a justificativa, das professoras da necessidade de ensinar às crianças a ética, a moral e os valores cristãos.

As aulas lecionadas pelas voluntárias em localidades distintas, aparentemente sem nenhum vínculo entre elas, apresentavam práticas semelhantes. Cantavam canções religiosas acompanhadas de gestos, contavam histórias bíblicas ou de fundo moral e ensinavam práticas religiosas e os dogmas da fé por elas professada.

Na organização da rotina de atividades ficava clara a importância do ensino, pela memorização, da disciplina e dos conceitos morais e religiosos. Somente através destes era possível a aproximação de Deus. As aulas seguiam uma seqüência compostas das seguintes atividades:

1. Rezas e canções - Ao iniciar as aulas as professoras pediam que as crianças se sentassem em roda e depois rezavam o Pai Nosso e/ou cantavam canções que giravam em torno de temas religiosos, acompanhadas de gestos e de entonações expressivas. A canção abaixo, por exemplo, havia um gestual de bater na porta:

*Toc- toc, toc-toc quem é que bate a porta?
É o mau! Querendo um lugarzinho!....
....Toc- toc, toc-toc quem é que bate a porta?
É Jesus! Querendo a casa toda!....*

2-. Histórias em torno da temática bíblica - As histórias eram baseadas em passagens bíblicas com fundo moral eram introduzidas como se fizessem parte das experiências infantis. Por exemplo, a história de uma criança que advertia o pai por ter roubado trigo do vizinho. Antes de começar a história a professora diz que os pais fazem coisas que as crianças poderiam não concordar, referia-se à honestidade. Mas, ao questionar às crianças a respeito das atitudes dos pais que elas não consideravam corretas, as respostas se referiram a pedidos ou solicitações não atendidos pelos adultos: *eu pedi a meu pai para me dar um brinquedo, mas ele não deu.*

3. Regras de bom comportamento e inculcação de valores - As crianças costumavam ser indagadas a respeito dos desdobramentos dos temas das canções, no seu cotidiano. As

perguntas, muitas vezes, respondidas pelas próprias professoras, relacionavam-se direta ou indiretamente ao bom comportamento:

A professora após entrar em sala e cumprimentar as crianças, diz:

- *O Senhor está conosco...Ele tá aqui, ele está nos vendo.*
- *Como ele vê se tá no céu?*- pergunta uma das crianças.
- *Ele é espírito....Ele é bom, não grita , não fala alto.*

Dentro dos valores trabalhados sob o ótica do credo ensinado predominavam os valores universais como o amor, o respeito ao próximo, dentre outros.

4. Atividades realizadas pelas crianças ao final das aulas – Na Escola A, depois da história e das conversas sobre os valores eram realizadas atividades como desenhar, colorir, cobrir pontilhados, caça palavras etc. As atividades eram realizadas no livro de atividades da aula de religião distribuído para cada criança pelas professoras. O livro era organizado com pequenos textos sobre os preceitos religiosos e seguidos de atividades. Eram nitidamente para crianças do Ensino Fundamental que já sabiam ler, portanto, inadequados á faixa etária das crianças.

A maneira como era realizada a rotina descrita, a caracteriza como um ritual. A ritualização das aulas de ensino religioso criou um clima favorável à construção da idéia de pertencimento a um grupo. As histórias e canções partilhadas no coletivo favoreciam as interações, criando elos de coletividade entre os integrantes do grupo, chegando até mesmo a se estabelecer uma certa cumplicidade entre eles pela possibilidade de cada um narrar suas histórias, ouvir e ser ouvido.

Essa rotina de atividades era perpassada por conteúdos, que serão descritos a seguir.

Os conteúdos das aulas religião

A obediência era um dos principais temas abordados no desenrolar das aulas, havendo praticamente um culto à obediência. A todo tempo as professoras procuravam explicar a importância das regras e princípios morais da fé cristã, era ou por meio de conversas ou de atividades, até mesmo rezas.

Após a turma cantar uma música sobre os benefícios da cura, da salvação e da paz dada por Jesus, a professoras pergunta às crianças:

- O que Jesus mais gosta que tenha em nosso coração?
- Paz!- responde professora depois de várias tentativas das crianças responder.
- *Obedecer os nossos pais para Jesus ficar feliz*- fala uma das crianças
- Ter Jesus no coração é ter paz. Paz é obedecer- completa a professora - não podem gritar, nem falar alto porque Jesus não

quer.

A disciplina fazia parte dos princípios de obediência. As professoras pareciam incomodadas com o movimento do corpo das crianças, seja para se coçar ou fazer carinho no amigo. O importante nas aulas de ensino religioso era corpos parados e silêncio para que se ouvisse a voz das professoras. As vozes silenciavam-se, mas nos olhares continuavam a comunicar-se com seus pares. Tudo sob os olhares do todo poderoso.

Outra temática abordada era a de exaltação a Deus e aos seres supremos da religião católica, como a Virgem Maria. Era momento em que as crianças costumavam cantar, estalar os dedos e fazer rezas, o *Pai Nosso* e *Ave Maria*. Uma das músicas presentes no repertório da professora, que parecia agradar aos pequenos era a que dava início as atividades.

Jesus é maravilhoso! (bis)
Ele salva! Ele cura! Ele faz feliz!
Jesus é maravilhoso!

As crianças durante o momento de exaltação pareciam ter mais liberdade para se expressar, mesmo que tendo que seguir os comandos das professoras. As músicas eram cantadas aos berros e as palmas e o estalar de dedos feitos com muita vontade. Era o momento em que os corpos burlavam o controle. As crianças cantavam aos gritos e com toda vontade a música de despedida das aulas. Então, todo fim de aula quando a professora dizia:- *Amém!* As crianças já começavam a cantar: *-Aaaamém! Aaaamém! (bis), Amém, amém (bis)*

Além de serem tratados os temas de culto à obediência e à exaltação a Deus também havia conversas com Deus. Uma das professoras pedia às crianças que sentadas com as palmas das mãos para o alto e olhos fechados repetissem com ela algumas palavras, segundo ela a língua dos anjos.

As crianças sorriam e se entre olhavam como se esse fosse um momento de diversão e, logo que a professora anunciava: *falar com Jesus é igual a conversar com o amiguinho...*

Jesus sabe tudo, mas precisamos falar...Por isso a língua dos anjos. Depois de conversarem com Deus uma a uma contava na roda o que haviam ouvido de Deus. As crianças diziam terem ouvido as mais diversas coisas, seria por que delas é o reino dos céus?

- *Ele falou que gosta de todos.*
- *Ele falou que nos ama*
- *Ele disse que ama a minha mãe...*
- *Se eu comer eu vou ficar mais grande ainda.*
- *Ele disse para eu ir dormir..*

As categorias trazem um pouco do que acontece nas aulas de ensino religioso para as crianças pequenas. Pudemos notar a ênfase em apenas um credo religioso, o católico. As crianças têm poucas oportunidades de se colocarem e menos ainda de serem ouvidas. Não havendo quase espaço para a manifestação de outras religiões, sem ser a pregada pelas professoras.

As observações das aulas revelam que as crianças parecem re-significar as aulas subvertendo a ordem do mundo adulto. Se por um lado os professores procuram prepará-las para religiosidade, por outro elas mostrado em alguns momentos encará-las como uma grande brincadeira de faz de conta. Benjamin ao falar da criança e do mundo adulto diz que a criança subverte a ordem, pois ela desvela as contradições e revela outra maneira de enxergar o real.

E as crianças: como elas re-significam as aulas?

As crianças nas das duas escolas distintas observadas mostraram significar as aulas de ensino religioso de maneira diferente da esperada pelos professores de ensino religioso. Os ensinamentos dos dogmas e dos valores morais católicos passados pelas professoras a fim *de fazer com que a chama pela busca por um ser superior não seja apagada* ganhava outro significado, o de divertimento.

As aulas de ensino religioso seguiam um ritual litúrgico iniciado com rezas e canções, seguido de regras de bom comportamento, histórias em torno da temática bíblica e inculcação de valores e encerrada com atividades realizadas com o objetivo de terminar a aula. Essa rotina era seguida à risca semanalmente, sendo realizada mecanicamente pelas crianças - *antes mesmos das professoras de religião chegar em sala, as crianças se acomodavam no chão em roda a espera dela.*

Os momentos das histórias em torno da temática bíblia e das canções e regras dão a impressão de serem significados pelas crianças a nível simbólico. Alguns símbolos religiosos eram entendidos como parte do mundo imaginário.

Toc- toc, toc-toc quem é que bate a porta?

É o mau! Querendo um lugarzinho!....

....Toc- toc, toc-toc quem é que bate a porta?

É Jesus! Querendo a casa toda!....

- Quem é o mau?- pergunta a professora ao terminar de cantar

- *É o Lobo Mau!!!!!!*- Uma das crianças responde com entusiasmo

A professora logo corrige a criança, dizendo:

- E! Também pode ser (diz desconcertada).... Uma besteirinha que a gente faz: mentir, bater no amigo, fazer bagunça (procura relembrar as regras de bom comportamento, pois quando entrou em sala havia duas crianças brigando e as outras estavam brincando e correndo pela sala)...

Para as crianças de 4 e 5 anos de idade a brincadeira de faz-de-conta é uma atividade fundamental nas suas interações e produções. Pois através do faz de conta a criança não se limita a reproduzir as regras sociais e situações vividas, mas as interpreta de forma criativa e única. Dão suas interpretações criando cultura e alterando o que esta posto no social. É também a brincadeira partilhada lugar de negociação, troca e muitas aprendizagens. Objetos, gestos, narrativas compõem o cenário para a entrada no imaginário. Desta forma, observamos que histórias e personagens levados pelas professoras eram reinventados e incorporados às suas experiências de forma muitas vezes lúdica contrariando as intenções didático-diretivas das professoras. Como aconteceu certo dia em que numa das turmas as crianças interpretarem o mau, que havia sido enfatizado pela professora como sendo o diabo, como o personagem das histórias infantis, o Lobo Mal. Este episódio evidenciou a distinção entre o pensamento do adulto e o da criança, revelando o quanto não é simples trazer preceitos e dogmas para as crianças pequenas. Algo semelhante acontecia com a maioria das canções, histórias e nas conversas com Deus.

Considerações Finais

A compreensão da questão do ensino religioso para as crianças de 4 a 6 anos das escolas de Educação Infantil da rede municipal do Rio de Janeiro não se limitam à transmissão de moral e ética. A questão é mais ampla, envolve as estruturas de atendimento à infância, que foram perpassadas pela concepção de infância e pela religião. Às crianças pequenas cabe

aos adultos educar e moralizar já que, como aponta o dito popular, é de *pequeno que se torce o pepino*. Assim, as aulas de ensino religioso para as crianças pequenas, momentos inserido na rotina de atividades das escolas de Educação Infantil da rede municipal, destinados à moralização e ao ensino de um credo religioso, eram encarados pelas professoras das turmas com certa naturalidade, um reforço no ensinamento de valores, cidadania e ética, mesmo cientes da doutrinação como carro chefe dessas aulas. As professoras de ensino religioso durante suas aulas cultivavam a obediência e o bom comportamento por meio de artifícios religiosos, como a desaprovação de Deus caso as regras por elas estabelecidas fossem desrespeitadas (Branco e Corsino, 2006).

As aulas ao serem lecionadas por voluntárias da paróquia próxima às escolas observadas, passam ser de caráter proselitista, com o objetivo, mesmo que implícito, de arrebanhar fiéis. Assim, os conteúdos das atividades realizadas em sala como, por exemplo, a exaltação a Deus, a doutrinação, dentre outros tinham como temática principal os princípios do credo professado pelas professoras de ensino religioso, sendo desconsiderado o respeito à diversidade cultural religiosa, assegurado pela LDB/ 96.

Observou-se que as regras de bom comportamento e os preceitos morais ensinados pelas professoras são apropriados pelas crianças, da faixa etária observada, num primeiro momento por imitação, num processo gradativo de internalização da palavra do outro. Assim, as crianças repetem as regras transmitidas sem nenhum questionamento e apontam os seus transgressores, mas não são capazes de compreender e praticá-las com consciência. E os conteúdos religiosos são entendidos pelas crianças, de 4 a 6 anos, à nível simbólico, como parte de imaginário, como algo que é mágico e lúdico, fora da lógica doutrinária dos adultos, no caso a das professoras de ensino religioso. Logo, falar desculpa é fácil, basta pronunciar a palavra e não foi por acaso que o mal que batia à porta era o Lobo Mau, como nas histórias infantis.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Ana Paula Tatagiba. **O que os olhos não vêem: práticas e políticas em Educação Infantil no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2006.

BENJANIM, W. **Obras Escolhidas I: Magia e Técnica. Arte e Política**, São Paulo, Brasiliense, 1993.

BRANCO, J. e CORSINO, P. *O Ensino religioso na Educação Infantil de duas escolas públicas do município do Rio de Janeiro*. In: **Revista Contemporânea de Educação**, v.2, dez./jan., 2006.

CAVALIERI, Ana Maria e CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos homogênicos**. 2005.mimeo

CORSINO, Patrícia. **Infância, linguagem e letramento: Educação Infantil na rede municipal do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Educação, PUC-Rio, 2003.

COUTO E MELO, *Reconstituindo a história do atendimento à infância no Brasil*. In: BAZILIO e outros(org). **Infância tutelada e educação**. Rio de Janeiro: Ravil, 1998, p.20-38.

CUNHA, F. *Estado Laico*. São Paulo: Fundação Memorial da América, 2008.

DEL PRIORE, Mary. *O cotidiano da criança livre no Brasil entre Colônia e Império*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000

DEL PRIORE, Mary. *O papel em branco, a infância e os jesuítas na Colônia*. In: **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992, 2o edição, p.p. 10-43 e p.p. 61-112.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2o edição, 2001

NUNES, Deise Gonçalves. **Da roda à creche :proteção e reconhecimento social da infância de 0 a 6**. Tese Doutorado, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, UFRJ, 2000